RUTE OLIVEIRA DO BOMFIM

A ESCOLARIZAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO

Trabalho apresentado como monografia do Curso de Especialização em Educação Especial da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

MARÇO/1985

"A deficiência não é simplesmente a consequência de uma incapacidade, é também em parte uma situação imposta pela sociedade". (Zaia N'kanka)

SUMÁRIO

A ESCOLARIZAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO

Página

1. INTRODUÇÃO..... 01

1.1. Justificativa..... 01

1.2. Formulação do Problema..... 02

1.3. Objetivos..... 03

2. DESENVOLVIMENTO..... 04

2.1. Revisão da Literatura..... 04

2.1.1. Deficiência Auditiva - Conceito e Classificação... 04

2.1.2. Deficiência Auditiva - Caracterização..... 05

2.1.3. A Escolarização do Deficiente Auditivo:
Fatores Positivos e Negativos..... 12

3. CONCLUSÕES..... 17

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 19

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

A perda auditiva não só resultou num meio informativo empobrecido mas também acarretou uma restrição dos incentivos da criança para explorar o seu mundo, uma redução nas coisas que despertariam a sua curiosidade (Telford, 1976).

A ausência de um tipo de sensação alterou a integração e funcionamento de todos os demais sentidos. Devido a isso, a experiência se estruturou de modo diferente e o mundo das percepções, representações, imagens e idéias se firmou sobre uma base alterada, adquirindo uma nova configuração. Tais alterações tiverem lugar de modo natural e inconsciente, pelo que poderiam por em risco todos os demais elementos da personalidade, a menos que o indivíduo se organize e estruture-se de outro modo. (Miklebust, 1975).

Tais afirmações demonstraram a necessidade que a criança deficiente auditiva tem de uma educação formal, que possibilite desenvolver ao máximo suas potencialidades, tanto física, intelectual, sensorial, emocional como social, em conformidade com sua natureza e suas necessidades singulares, o que provocou a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a problemática do portador desta deficiência, no que se refere à escolarização.

Partindo deste princípio que a educação é um processo que visa desenvolver as potencialidades plenas de um indivíduo,é que

a Educação Especial faz parte da Educação Geral diferenciando-se desta no aspecto metodológico e no fato de destinar-se a indivíduos especiais. E tendo em vista que o atendimento especial ao excepcional encontrou respaldo na legislação em seu Art. 9º da Lei 5.692/71 que fixa Diretrizes Básicas para o Ensino de 1º e 2º Graus e determina: "Os alunos que apresentam deficiência física ou mental, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação".

Justifica-se a realização de um estudo sistemático a respeito do atendimento educacional do deficiente auditivo no que se refere a educação formal visando investigar fatores que impossibilitaram seu acesso no sistema educacional, haja visto que grande número de crianças portadoras de tal deficiência encontravam-se sem nenhum tipo de atendimento educacional, na maioria das cidades brasileiras.

1.2. Formulação do Problema

Este estudo responderá a seguinte questão:

Que fatores impediram o acesso do deficiente auditivo no sistema educacional, impossibilitando-o de receber uma educação sistemática que facilite seu processo ensino-aprendizagem?

1.3. Objetivos

1.3. Objetivos

Os objetivos da monografia foram:

1. Demonstrar as possibilidades de escolarização do deficiente auditivo.

2. Evidenciar fatores positivos e restritivos à escolarização do deficiente auditivo.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Revisão da Literatura

2.1.1. Deficiência Auditiva - Conceito e Classificação

Surdez é definida como incapacidade total ou parcial de ouvir. Pode ser de origem congênita ou adquirida. Não constitui propriamente uma afecção, mas trata-se de um sintoma de afecção nos nervos auditivos ou no sistema nervoso central. Pode ocorrer em um dos ouvidos (unilateral) ou nos dois simultaneamente (bilateral). No primeiro caso, o sentido de direção é prejudicado e o paciente encontra certa dificuldade em localizar a procedência do som e em consequência, podem surgir defeitos na fala, verbalização pobre e desatenção. Nos casos de surdez total, a mais rara, ocorrem mudez ou inaptidão para a fala (Grande Enciclopédia Médica, 1975).

Os tipos audiológicos da surdez infantil são:

. crianças hipoacrisica,que possuem uma perda auditiva de 20 a 50 decibéis, não necessitando de atendimento especializado,exceto de terapia da palavra, pois geralmente apresentam problemas neste campo;

. crianças meio surdas ou duras de ouvido, cuja perda auditiva é de 50 a 70 decibéis, capazes de adquirir linguagem por si mesmas embora defeituosa, falam mal porque ouvem mal;

. crianças propriamente surdas, com uma perda auditiva acima de

70 decibéis, eram chamadas, antigamente, de surdas-mudas, expressão errônea, uma vez que os surdos não são obrigatoriamente mudos, pois apesar de não poderem adquirir a linguagem pelo ouvido, chegam a obtê-la através de métodos e processos pedagógicos especializados; basta que tenham os órgãos fonadores perfeitos e as mesmas possibilidades motoras e mentais de qualquer pessoa normal. Sendo que esta será enfocada neste trabalho.

2.1.2. Deficiente Auditivo - Caracterização

No passado o desconhecimento das causas científicas da existência da surdez levava a crer que o portador de tal deficiência era fruto da maldição dos deuses, outros considerava-os como eleitos para as virtudes misteriosas deixando-os assim, abandonados à sua própria sorte. Atualmente já não se pensa assim. A ciência forneceu explicações de que a perda de audição pode resultar de várias causas.

Surdo congênito é o que nasceu total ou parcialmente surdo devido alguma falha no desenvolvimento do feto. O período de desenvolvimento do ouvido, ocorre principalmente, no 3º ou 4º mês de gestação e, provavelmente, as influências se exercerão durante estes meses. As falhas poderão ser de natureza biológica ou patológica; são biológicas quando ocorrem na estrutura devido a motivos ainda desconhecidos, excetuando-se a doença. São patológicas, quando devidas a alguma infecção no período ativo do crescimento (Doria, 1958).

A surdez adquirida também chamada de adventicia, é a condição de audição prejudicada depois do nascimento por moléstia,

local ou constitucional, ou ainda, por alguma lesão (Doria,1958).

Pavel apresenta como causas de surdez hereditária e pré-natal: heredo-sífilis, consanguinidade, surdez familiar, causas de degenerecência e de distrofia e traumatismos pré-natais (apud Dória, 1958).

No que se refere a surdez adventícia, classificou-se as causas do seguinte modo: natais, traumáticas, infecciosas ou compressivas (Pavel apud Dória, 1958).

Garrisson y Force (1959) resumiram a etiologia dos defeitos auditivos da seguinte maneira:

1. A surdez quase sempre se origina na infância,
2. Na maioria dos casos se deve a enfermidades do nariz e da garganta, e em consequência, no geral pode prevenir-se,
3. A fonte do problema pode ser causada: a) em algum transtorno crônico da garganta, como as adenóides, amigdalas inflamadas, catarro, etc, ou b) em alguma enfermidade infecciosa aguda que torna a garganta, no geral escarlatina, sarampo ou difeteria,
4. Em alguns casos causam surdez as acumulações de cêra e lesões da membrana timpânica (Garrisson e Force apud Barbe, 1970).

Myklesbust demonstrou que existem duas variáveis criticas nas consequências psicológicas da surdez: "a idade em que começam e o grau de incapacidade". Descreveu quatro graus de perda da audição:

1. Uma perda de 30 a 50 decibéis. Assinalou que este não é um problema de socialização se não de "consciência básica de captação".
2. Uma perda de 45 a 65 decibéis. Este grau de perda afeta evidentemente as relações sociais. A funçao discriminativa de audição se apresenta em grande medida eliminada. O indivíduo que

apresenta esse grau de perda auditiva "experimenta consideravel isolamento e trata de estabelecer relações sociais com outros que têm o mesmo grau de surdez".

3. Uma perda de 65 a 80 decibéis. Este grau de perda "torna difícil o contato pessoal, social e ambiental em geral".

4. Uma perda de 80 a 100 decibéis. Esta grande perda auditiva "obriga a recorrer a visão e ao tato". (Myklesbust apud Barbe, 1970).

Miklebust divide a idade do começo nas seguintes categorias:

1. Pré-natal ou antes dos dois anos. Quando a surdez ocorre nesta fase do desenvolvimento, a criança tem muitos problemas adicionais. Neste grupo a surdez exerce "o máximo efeito sobre a capacidade para comunicar-se, com consequências que atingem a personalidade e o ajuste emocional. São perturbados processos básicos, como a identificação".

2. De 2 a 6 anos. Se a criança escuta normalmente nos dois primeiros anos de sua vida, conta com certas vantagens do ponto de vista verbal. Quando a surdez começa depois dos cinco anos, se fala de ensurdecido.

3. Idade escolar. "A função da linguagem se conserva bem aos fins da comunicação falada e em outros sentidos". Ainda que muitas vezes se requer uma educação especial, existem menos problemas no desenvolvimento do ego e na formação emotiva em geral.

4. Adultos e jovens (18 até uns 30 anos)

5. Adultos maiores (30 até 60 anos)

6. Anciões. (Myklebust apud Barbe 1970).

No que se refere à inteligência Myklebust conclui que a surdez afeta mais a inteligência nas áreas verbal e abstrata do

que nas outras (concreta e social). Também mostra que as funções verbais podem estar envolvidas em qualquer das cinco operações mentais (cognição, memória, pensamento indutivo, pensamento dedutivo, avaliação), mas o pensamento dedutivo e a avaliação são particularmente afetados por que "Essas funções exigem um uso mais amplo da experiência, e nelas a fluidez, a flexibilidade e a habilidade de generalizar assumem um papel importante". (Miklebust apud Dunn, 1976).

Em estudos realizados chegou-se à conclusão que crianças que cedo perderam a audição mostram deficiência nos aspectos verbais das operações mentais — uma característica mais educacional do que intelectual. Assim a surdez provavelmente causa uma redução real da capacidade mental menor do que geralmente se atribui a ela. (Dunn, 1976)

Confirmando tal posição Aveny demonstrou através de estudos realizados, que embora a deficiência auditiva tenha algum efeito sobre o desenvolvimento e funcionamento do intelecto, esse efeito não é generalizado, uma vez que o progresso escolar depende da habilidade linguística, não é difícil perceber que as crianças surdas ficam seriamente retardadas. (Aveny apud, Cruickshank e Johnson, 1975).

Tornou-se difícil caracterizar o desenvolvimento e ajustamento de personalidade de crianças com deficiência auditiva, na medida em que os instrumentos usados para este fim podem exagerar as constatações de desenvolvimento retardo e problemas de comportamento.

Lowell afirma que a organização da personalidade de uma pessoa surda é compreensivelmente diversa. Seus relacionamentos com os outros, seu relacionamento com o mundo, são inevitavelmen

te alterados pela surdez, mas deve-se procurar outras fontes além dos testes de personalidade para um quadro inteligível destas consequências (Loweyl apud Cruickshanke e Johnson, 1975). O impacto causado por uma deficiência varia com a gravidade e com a idade que esta incidiu. Uma criança que adquire uma perda de audição antes de ter atingido os 12 anos de idade sofrerá grande trauma. Achará mais difícil fazer novas amizades do que antes. Suas aspirações e conceitos de seu papel na vida poderão ser completamente destruídos. No entanto, possuirá boa linguagem funcional. Estará apta para desenvolver boas habilidades e poderá possuir audição residual de maior ou menor valor para interpretação da fala amplificada. Assim, se lhe ensinarem a assumir seu papel na vida e desenvolver razoavel grau de tolerância para sua incapacidade, sua experiência na identificação com seus companheiros a colocará em boa posição. A situação de criança que adquiriu a surdez antes de desenvolver a linguagem é muito mais difícil. É verdade que não sofrerá qualquer trauma, mas não terá linguagem nem experiências normais que a ajudem a resolver seus problemas. Como resultado, viverá em isolamento psicológico, com pouca identificação intelectual com outras crianças. A grande demora no desenvolvimento de sua linguagem é dos problemas sérios que terá de enfrentar não só educacionalmente, mas em têrmos de personalidade, ajustamento emocional e outras características (Wooden apud Dunn, 1976).

Miklebust a partir de resultados do teste da Figura Humana, teceu as seguintes conclusões gerais:

1) uma perda de audição não pode ser considerada como fator unitário ou isolado; seu efeito não se limita ao funcionamento dos ouvidos, mas é todo o organismo vital da pessoa que se vê envol-

2) o surdo, por causa da perda de audição, integra suas experiências de modo diferente das pessoas normais;

3) a surdez tem efeito negativo sobre a capacidade pessoal de identificação;

4) as crianças surdas são influenciadas pelo ambiente escolar, ainda que a psicologia da surdez não possa ser reversível;

5) disturbios emocionais não constituem o principal problema do surdo;

6) o fator principal,que resultou do estudo sobre o surdo, é a diferença na organização psicológica e na estruturação existente entre os grupos de surdez anterior e posterior à linguagem (Myklebust apud Dunn, 1976).

Elser (1959) realizou uma pesquisa sobre a posição social das crianças com deficiência auditiva e deduziu que companheiros de audição normal estavam mais aptos a aceitar como camaradas os que apresentavam uma perda de audição mais acentuada, mas falhavam na compreensão de crianças com as perdas menores (Elser apud Dunn, 1976).

A vida social da maioria das pessoas surdas e duras de ouvido é, essencialmente, a mesma das que gozam de audição normal. O homem surdo tem um emprego, um lar próprio, casa com a moça de sua escolha, cria uma família de crianças razoavelmente normais e participa da vida social de sua comunidade. Mais do que outros tipos de pessoas deficientes, os surdos tendem para favorecer os grupos sociais de sua própria espécie. (Telford, 1976)

Quanto a aceitação, as crianças surdas pequenas reagem sem ressentimentos e, na verdade, podem ser demasiado submissas. Mas os objetivos que adotam são os que os adultos lhe impuseram e dos quais não estão muito convictas. Disso resulta que usual-

mente, possuem menos inibições e tabus do que a criança de audição normal. (Dunn, 1976)

Bradway (1937) em estudo realizado sobre o grau de sociabilidade em crianças em que a surdez antecedeu a linguagem e num estudo suplementar, usando crianças que adquiriram perda de audição depois de 5 anos de idade, concluiu que os testes indicaram que não há inaptidão do surdo para adquirir hábitos sociais — somente um atraso em sua aquisição. Strang e Kirk (1938) em relatório de pesquisa sobre a sociabilidade dos deficientes de audição, como no estudo de Brodway, concluiu que o QS não se alterou com a idade, desde que a perda começou, de acordo com a Escala de Vineland. (Dunn, 1976)

Avery (1948) também usou a Escala de Vineland para estudar a sociabilidade de crianças com deficiências auditivas em idade pré-escolar e ao avaliar os testes de acordo com as instruções descobriu que essas crianças possuiam maturidade social normal. Quando se empregaram valores para descrever qualquer forma de êxito em comunicação mostraram escores acima do normal. Contudo, a autora chamou a atenção para o fato de estarem suas descobertas e conclusões em conflito com as de Burchard e Myklebust (1942) os quais verificaram que crianças de tenra idade com deficiências auditivas são inferiores às normais quanto à maturidade social, porém melhoram à medida que crescem. (Dunn, 1976)

Do ponto de vista social, a surdez cria isolamento, na medida em que a criança está privada de meios naturais de comunicação que seriam favoráveis a sua socialização como também dos usos que facilitariam suas relações sociais os quais são mal assimilados. (Colin, 1980)

Colin (1980) fala da vida marginal do surdo que compreen-

de vários aspectos: as relações sociais continuadas com ouvintes são raras; os surdos têm tendência a viver em um meio fechado; o número de grupos e associações é muito elevado; a utilização da linguagem gestual não favorece em nada a introdução social entre outros ouvintes; são na vida profissional os colocados nos postos em que não é realmente necessária a comunicação.

Oleron assinala que as atitudes da sociedade com respeito aos surdos implicou em deixar-lhes fora, como expectadores e não como participantes (Colin, 1980)

2.1.3. A Escolarização do Deficiente Auditivo: Fatores Positivos e Negativos

Na idade pré-escolar cabe aos pais a maior responsabilidade e a mais árdua parcela na educação da criança; a escola complementará, em seguida ou simultaneamente esse trabalho. Dória, 1958)

Os primeiros anos de vida da criança seja comum ou deficiente — e neste caso com mais razão — merecerão receber por parte dos pais (no lar) e dos professores (na escola pré-primária) carinho e atenção, dedicação, compreensão e despreendimento, não se falando no preparo para o desenvolvimento eficiente e satisfatório pois atualmente a criança esta tomando a posição no seu verdadeiro lugar na educação científica.

Da ação conjugada, da perfeita articulação entre lar e escola, dependerá em grande parte, a harmonia no desenvolvimento psicológico da criança, sem hiatos ou soluções de continuidade. (Dória, 1958)

Nada excede em valor à presença e ao calor do carinho maternal, dado o prazer físico e mental que acarreta. É através desta íntima relação pessoal que surgem as primeiras necessidades de comunicação; mais tarde, pôs-se em contato com outras pessoas e a capacidade de expressão, bem como a compreensão desenvolvendo-se na razão direta de expansão da experiência e do aumento de suas necessidades. (Dória, 1958)

Há uma razão forte para se iniciar o treinamento o mais cedo possível, é durante os primeiros cinco anos de vida e especialmente, nos três primeiros anos, que uma criança normalmente aprende a compreender e a utilizar a linguagem diária.

É óbvio que a criança terá melhor oportunidade de adquirir a linguagem pelo seu modo normal de comunicação se o seu treinamento nesse sentido começar o mais cedo possível dentro do período em que toda criança aprende a falar. (Dória, 1958)

No período pré-escolar a criança deve frequentar o jardim de infância que virá prestar-lhe um grau de benefício. O desenvolvimento das atividades que compõem o "currículo" do Jardim de Infância, visando favorecer o crescimento geral e harmônico do pré-escolar, tem o precípuo objetivo de socializá-lo, isto é, de possibilitar-lhe condições normais de vida para a eclosão de sua personalidade, não subestimar, entretanto, e nem dispensar, por desnecessária, a situação do lar, no período concomitante,ou mesmo precedente à ida da criança a escola. A sua socialização deve começar no lar e se estender pela vida a fora. (Dória, 1958)

Dr. Silvermann afirma que a criança surda deve entrar no Jardim de Infância especializado, a fim de ter melhores oportunidades para uma vida social normal e um melhor ajustamento vocacional no mundo dos que ouvem. (Silvermann apud Dória, 1958)

Encerrada no seu mundo silencioso, a criança surda impossibilitada de evoluir ainda mesmo pelo autodidatismo se não atingiu um grau relativo de instrução, está também quase que impedida de pensar abstratamente; as idéias abstratas que lhe chegam nunca são completas se ela não tiver recebido algum treinamento. (Dória, 1958)

Existem diversas maneiras de educar as crianças surdas em idade escolar. Qualquer que fosse o meio, é alentador que, segundo destaca Silvermann, a educação "está ao alcance de todas as crianças surdas". O maior número de crianças surdas está em escolas residenciais para surdos. Outras crianças surdas concorrem a escolas diurnas ou a classes especiais dentro da escola comun. Se oferece educação aos surdos em todos os níveis de ensino, inclusive a universitária. (Barbe, 1970)

O'Connor e Connor (1961) estudaram um grupo de 52 crianças surdas que antes de sua graduação haviam passado da Escola Lexington para surdos para escolas comuns públicas ou privadas. A investigação teve o fim de estabelecer que fatores poderiam determinar o êxito ou fracasso de tais mudanças. Cerca da metade do grupo não prosperou. Os resultados indicaram que, para triunfar na classe integrada, o surdo necessita facilidade no emprego da linguagem e da palavra. Se observou que "a percentagem de alunos surdos em uma escola ou classe especial para surdos, que são candidatos lógicos para uma ulterior integração em classes para os que ouvem, é pequena".

A estruturação da inteligência constitui base da aprendizagem e da integração. Sobre elas edifica-se a reabilitação educativa e o treinamento do surdo sobre o pedagogo, pesa a desafiante responsabilidade de determinar até que ponto são modificá-

veis tais consequências. (Myklebust, 1971)

O primeiro passo no planejamento de um programa educacional para uma criança com um distúrbio auditivo incapacitante é a educação de seus pais. A criança deficiente pode ajustar-se melhor ao mundo tal como este é, se seus próprios pais forem bem ajustados. Pode aprender melhor e mais rapidamente a linguagem se eles se interessarem realmente pelos meios de ensiná-la. (Aveny apud Cruickshank e Johnson, 1975)

O encorajamento e a orientação de que os pais necessitam deve começar no mesmo instante em que se diagnostica a perda de audição. (Aveny, apud Cruikshank e Johnson, 1975)

Nos Estados Unidos da América do Norte existem vários recursos para criança de audição deficiente e para seus pais. A Alexander Grahm Bell Association é uma excelente fonte de informações a respeito da localização de tais programas. Se a criança vive numa zona em que a frequência regular a um programa é geograficamente impossível os pais podem ser orientados num programa de treinamento doméstico mediante visitas periódicas e correspondência. (Aveny, 1975)

Aveny afirma que os pais devem formar parte integrante da educação de seu filho durante todo o tempo que esta durar, não restringindo-se apenas ao período pré-escolar, e que os programas educacionais para crianças surdas devem forçosamente incluir os pais. (Aveny apud Cruickshank e Johnson, 1975).

Os estudos de realização educacional mostraram uniformemente, que os surdos estão atrasados de três a cinco anos. O montante absoluto de retardamento educacional aumenta com a idade (Meyerson, 1963). É menor nas aptidões mais mecânicas, como o cálculo aritmético e a ortografia, do que nas áreas mais inte-

lectuais, como o significado de parágrafos, o significado de palavras e a compreensão aritmética. A linguagem e a comunicação ficam atrás das aptidões motoras e de cálculo. (Telford, 1976)

O retardamento educacional das crianças surdas pode ser em parte, o resultado do excessivo montante de horas de escola que se requer para que elas aprendam a falar e suas subsequêntes deficiências de linguagem.

O desenvolvimento de métodos aperfeiçoados para ensinar essas crianças é o número crescente de crianças que adquirem a linguagem em casa, no jardim de infância e na escola maternal, antes de iniciarem a sua educação acadêmica, podem ajudar a reduzir a extensão de seu atraso educacional. (Telford, 1976)

A criança deve crescer num ambiente falante. Esforços especiais devem ser feitos para reforçar as reações da criança aos sons é as suas vocalizações espontâneas. A criança auditivamente deficiente necessita da mesma espécie de oportunidades para aprender se compreender a fala que a criança normal, mas as precisa em maior quantidade. (Telford, 1976)

A educação da criança auditivamente deficiente começa em casa e prossegue em escolas residênciais, escolas diurnas especiais, classes especiais em escolas regulares e classes integradas. A opinião unânime parece ser que as crianças auditivamente diminuidas, como todas as crianças excepcionais, não deveriam ser enviadas para escolas especiais se puderem ser adequadamente educadas nas escolas regulares é que não deveriam ir para pensio se puderam ser educadas convenientemente em escolas diurnas, perto de suas casas.

É importante também a educação pré-escolar da criança surda, através de uma escola maternal, que possibilite melhores oportunidades para uma vida social normal e um melhor ajustamento no mundo dos que ouvem, a qual deverá constituir um centro de orientação com atenção individual à criança e aos respectivos pais.

Através do preparo dos pais e atendimento pré-escolar, a criança surda terá maior estimulação no que se refere a aquisição e compreensão da linguagem o que facilitará sua integração e posterior integração na vida escolar.

Autoridades em deficiência auditiva acreditam que a redução da barreira da linguagem melhorará sensivelmente a atuação dos surdos, e elevará seu nível de rendimento. Para que tal ocorra, é necessário que se desenvolvam pesquisas psicológicas que incluam estudos das repercuções da linguagem interior e dos métodos para desenvolver comunicação eficaz, e através disto os deficientes da audição poderão alcançar não só melhor desempenho a nível intelectual, de personalidade e ajustamento social,mas também melhor rendimento acadêmico.

Tais considerações levam a supor que os fatores que impedem e/ou dificultam o acesso à escolarização do deficiente auditivo advêm da ausência de orientação para os pais,da não participação em um programa pré-escolar, o que acarreta um atraso de cinco ou seis anos, no desenvolvimento social e intelectual de uma criança.

3. CONCLUSÕES

Este trabalho teve por objetivo demonstrar a possibilidade de escolarização do deficiente auditivo e também evidenciar fatores positivos e restritivos à escolarização destes.

De acordo com os mesmos, e, com a revisão bibliográfica, pode-se concluir:

O perfil psicológico do deficiente auditivo é, potencialmente o comum a toda e qualquer criança não deficiente e de igual nível etário, exceto no tocante a aquisição e utilização da linguagem oral, o que acarretará problemas de aprendizagem e integração social.

Os problemas de aprendizagem encontrados nos deficientes de audição originam-se de privações muito precoces de suas oportunidades para adquirir a fala de maneira coerente e, ouvir a fala dos outros, requisitos prévios da plena integração de uma criança na família, comunidade e sociedade, na medida em que é a linguagem comum o principal meio de integração social do homem.

Não é portanto a mera integração da criança deficiente da audição, em estabelecimento de ensino regular que resolve, por si só os problemas com os quais se depara, fazendo-se necessário oferecer "educação" aos pais desta, como primeiro passo para sua educação, visando através dessa "educação" uma atitude verbal e preparo para a vida escolar, iniciando o seu treinamento, o mais cedo possível, pois é durante os primeiros cinco anos de vida, que a criança aprende a compreender e a utilizar a linguagem.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBE, Walter B. La Educacion de Niño Excepcional. Buenos Aires Ed. Troquel, 2ª. edição, 1970.

CRUICKSHANK, William M. e JOHNSON, G. Orville. A Educação da Criança e do Jovem Excepcional. II. Porto Alegre, Globo, 1975.

DÓRIA, Ana R. F. Compêndio de Educação da Criança Surda-Muda. 2ª. ed., Rio de Janeiro, 1958.

DUNN, Lloyd M. Crianças Excepcionais: Seus problemas, sua educação. II Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1976.

GRANDE ENCICLOPÉDIA MÉDICA. Abril S.A Cultural e Industrial, São Paulo, 1975, Editor Victor Civita, Vol. II.

MACHADO, Maria T. de C. et alii. Ensinando Crianças Excepcionais. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1971.

MYKLEBUST, Helmer R. Psicologia del Sordo. Madrid, Ed. Magistério Español, S.A, 1971.

TELFORD, Charles W. et alii. O Indivíduo Excepcional. 2ª. edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.